

ATA DA IX ASSEMBLÉIA GERAL DA REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLÂNTICA - RMA

LOJA 07/08 - (Av. W3 Sul)
Tel: 223-4508/Fax:225-6602 - Brasilia-DF

No décimo sexto dia do mês de novembro do ano de dois mil e oito, às nove horas e vinte e cinco minutos, foi oficialmente aberta a IX Assembléia Geral Ordinária da Rede de Organizações Não Governamentais da Mata Atlântica – RMA, realizada durante o XII Encontro Nacional da RMA, no Auditório do Solar da Imperatriz, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro. A mesa de abertura foi composta por Elizete Siqueira – Ipema/ES, Coordenadora Geral da RMA e Fabrício Fonseca Ângelo, na qualidade de relator. Elizete Siqueira, Presidente da Assembleia, deu início aos trabalhos agradecendo a presença de todos e a colaboração daqueles que tornaram possível a realização do IX Encontro Nacional da RMA: a equipe do Instituto Terra, o Ministério do Meio Ambiente, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a equipe da Secretaria Executiva da RMA. Elizete solicitou que fossem lidas as atas da última Assembléia Geral da RMA e das eleições. Adriano Wild (IESB/BA) prontificou-se a fazê-lo. Ao começar a ler a ata, Mauricio Ruiz (Instituto Terra/RJ) pediu questão de ordem e discordou da necessidade de ler as atas, por serem muito extensas, o que ocasionaria atrasos à assembléia, além de que as mesmas já haviam sido enviadas por e-mail para todas as filiadas. Adriano argumentou que a leitura das atas anteriores era um “ritual” das assembléias. Mauricio propôs, então, que fosse votada a leitura das atas e a plenária decidiu que não era necessário. Sendo assim, a Presidente declarou que, por deliberação da assembléia, ficaram aprovadas as atas da assembléia anterior. Em seguida, apresentou a todos a pauta de discussões da Assembléia e solicitou inclusões ou alterações da mesma: **1) Aprovação da pauta; 2) Aprovação de Novas Filiadas e Apresentação da Lista de Filiadas Inativas e de Desfiliadas; 3) Apresentação dos Relatórios de Atividades e Financeiro de 2007; 4) Parecer do Conselho Fiscal sobre o fechamento do exercício de 2007; 5) Homologação do Fechamento Contábil e Patrimonial do Exercício de 2007; 6) Eleição da Suplência da Coordenação na Região Sul; 7) Definição de normas para os prêmios Amigo da Mata Atlântica e Motosserra; 8) Apresentação da Captação de Recursos; 9) Leitura e Aprovação de Moções ; 10) Assuntos gerais e outros itens que necessitem de deliberação. **Item 1) Aprovação da Pauta.** Durante a leitura da pauta foi sugerida a inclusão da discussão sobre o Diálogo Florestal em assuntos gerais e Adriano Wild (IESB/BA) informou que havia enviado por e-mail o projeto de cadastramento das filiadas da RMA para ser discutido na plenária. A pauta foi, então, aprovada pela Plenária, com a inclusão dessas sugestões. Passou-se para os demais itens da pauta. **Item 2) Aprovação de Novas Filiadas e Apresentação da Lista de Filiadas Inativas e de Desfiliadas.** Elizete pediu que este item da pauta fosse discutido mais tarde, pois a comissão de avaliação ainda estava analisando os pedidos, o que foi aceito pela maioria. **Item 3) Apresentação dos Relatórios de Atividades e Financeiro de 2007.** A Presidente disse que a atual coordenação assumiu o mandato em maio de 2007, mas mesmo assim incluíra no Relatório de Atividades os meses de janeiro, fevereiro, março e abril. A primeira apresentação seria sobre a gestão institucional, administrativa e financeira. Antes que se iniciasse a apresentação, Adriano Wild (IESB/BA) questionou a presença de pessoas que não faziam parte da RMA no auditório. Mauricio Ruiz (Instituto Terra/RJ) disse que havia alguns convidados da instituição que estavam ali para conhecer a RMA e, possivelmente, se filiar. Kathia Vasconcelos da (Mira-Serra/RS) informou que as assembléias gerais sempre foram abertas, com direito a voz, e que essa era a oportunidade de agregar novas entidades. Para finalizar, Ednaldo Vieira (Assuma/CE) disse que ninguém ali estava fazendo algo ilegal e defendeu a participação de qualquer pessoa na assembléia geral. Por consenso, a Assembléia Geral foi aberta aos convidados. Elizete Siqueira começou falando sobre o projeto de redes apresentado ao PDA. Disse que o projeto da RMA não foi contemplado porque o doador, KfW, questionou a legitimidade da participação da Rede, uma vez que a instituição faz parte da comissão executiva do PDA, que faz avaliação dos projetos. A Coordenadora informou que apesar da insistência junto ao doador e à secretaria técnica do PDA, os mesmos consideraram o projeto da RMA inelegível, para evitar futuros problemas legais. Quanto ao Projeto Carbono, apresentado ao Banco Mundial, informou que houve problemas técnicos no sistema do Banco, o que causou o atraso no repasse dos recursos, que so**

foram liberados em setembro. Isso deixou a RMA com pouco mais de 40 dias para organizar cinco oficinas regionais, entre outras coisas. Informou que foram feitas solicitações de auxílio a três instituições: Instituto Bioatlântica, Conservação Internacional (CI) e TNC do Brasil (The Nature Conservancy), sendo que esta última apoiou o Projeto com recursos no valor de R\$ 30.000,00. Ela colocou em discussão os objetivos da Semana Nacional da Mata Atlântica, questionando quais ações de políticas públicas foram desenvolvidas até este momento. Citou como ponto forte do evento a Lei da Mata Atlântica. Relatou a luta que a Rede está travando para a regulamentação da lei e a parceria estratégica com o Ministério do Meio Ambiente. Elizete disse que quando o ex-Secretário Executivo do Ministério saiu, este disse que havia deixado a proposta do decreto na Casa Civil, e a partir dessa informação foi redigida e encaminhada uma carta ao Ministro Carlos Minc, com diversas reivindicações, sendo que a regulamentação do decreto da Lei da Mata Atlântica era a principal delas. Segundo Elizete, depois que João Capobianco saiu do MMA pouca coisa foi feita em termos de políticas públicas para a Mata Atlântica. Ela citou a finalização do mapa do bioma pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e avisou que vai acompanhar o decreto. Sobre o Programa da Mata Atlântica, Elizete Siqueira informou que foram realizados vários seminários sobre o tema e que é fundamental que, após a assinatura do decreto, as articulações em torno do programa e do fundo da mata atlântica sejam fortalecidas. A RMA colaborou organizando oficinas e grupos de trabalho sobre restauração e mudanças climáticas. Elizete afirmou que a RMA deu nova roupagem às Unidades de Conservação (UCs) no Programa Mata Atlântica, incluindo os mosaicos, corredores ecológicos e o plano diretor de bacias nas discussões. Continuando a exposição da gestão em 2007, Elizete informou que será realizado um seminário específico sobre o Programa Mata Atlântica, comandado pelo Ministério do Meio Ambiente. Ela disse acreditar que o programa será a coisa mais importante daqui por diante e que as ONGs têm que se unir para fortalecê-lo. Ela reforçou que após a participação de Bruno Maciel e Miriam Prochnow na COP-9, na Alemanha, a luta pela Mata Atlântica foi fortalecida, pois o bioma foi apresentado a representantes de diversos países e cresceu o interesse do governo alemão em ações para a proteção do bioma. Outro ponto forte citado por Elizete Siqueira foi a articulação de uma agenda de prioridades para o Ministro Carlos Minc. Ela disse que assim que o Ministro assumiu a pasta, foi solicitada uma reunião onde ele se mostrou disposto a colaborar, mas que até hoje nenhuma das questões colocadas nesta reunião tiveram soluções encaminhadas, e que em algumas até houve retrocesso. A Coordenadora Geral ressaltou que está preocupada com os rumos das políticas do Ministério, pois foram cinco reuniões e nada saiu do papel até o momento. Continuando, explanou a respeito das oficinas de capacitação sobre a Lei da Mata Atlântica e os projetos de Restauração Florestal. Ela disse que teve uma grata surpresa ao se deparar com o empenho de muitas filiadas nos projetos, além das discussões sobre Mudanças Climáticas e Mercado de Carbono terem sido muito boas. A TNC e a CI colaboraram no tema de mudanças climáticas. Ela afirmou que várias filiadas participaram ativamente das oficinas e que, mesmo sem interesse em Mercado de Carbono, puderam observar que os seus projetos podem se inserir na venda de créditos de carbono, que é uma forma de captação de recursos muito forte. Elizete disse que agora a RMA vai começar a trabalhar com projetos de restauração e, a partir de uma base técnica instalada, pode-se começar a pensar em projeto de carbono. A coordenadora geral disse que outra ação da RMA foi reforçar ações antigas, como demandar junto ao MMA a criação de mais de 20 UCs. Elizete também agradeceu ao convite do Ministério do Meio Ambiente para que a RMA enviasse representantes à reunião da COP-9, na Alemanha. Ela lembrou que os representantes da Rede, Bruno e Miriam, levaram material institucional para divulgar a RMA: foram folders e CDs com as três revistas produzidas, todos em inglês. De acordo com ela, foi uma ação positiva, que mostrou que além do governo existem ONGs que cuidam da Mata Atlântica. Informou que a coordenação da RMA participou de todas as reuniões do PPG7, reafirmando a importância da Mata Atlântica no intuito de conscientizar possíveis doadores. Ela citou também o Pacto pela Mata, que começou há

dois anos atrás, em Porto Seguro/BA. Foi organizada uma oficina sobre restauração e, no final, o grupo levantou a hipótese de fazer um pacto para as UCs, via iniciativa privada, produtores e grandes empresas. Segundo ela, a restauração é o caminho para se chegar a 40% de mata atlântica. O evento foi capitaneado pela TNC, CI e SOS Mata Atlântica e estiveram presentes, além de representantes da RMA, vários componentes de ONGs filiadas. Outro ponto abordado foi o Manual de Restauração da Mata Atlântica, que está em fase de revisão. Dando prosseguimento, Elizete informou que já foram feitas três reuniões do Programa Nacional de Mosaicos e que teme que o termo seja banalizado, pois todo mundo quer fazer mosaico. Ela citou o projeto da CI, que pretende implementar alguns projetos em três mosaicos. Segundo ela, a intenção é transformar isso em um programa nacional. Sobre a Frente Parlamentar Ambientalista, Elizete disse que a coordenação geral da RMA tem participado pouco, pois não tem como estar presente nas reuniões. Mesmo assim, continua debatendo o Código Florestal e que a Frente é um importante instrumento para a RMA. Sobre a Assessoria de Comunicação, Elizete Siqueira disse que as dificuldades têm sido muitas, mas que os boletins saíram e que devido à falta de recursos pouca assessoria de imprensa foi feita. Ao final, ela agradeceu a todos que contribuíram com as ações de 2007 e convidou a Secretária Executiva da RMA, Eliana Jorge Leite, para fazer a **apresentação do Relatório Financeiro de 2007**. Esta apresentou o relatório financeiro, que já havia sido enviado por e-mail para todas as instituições filiadas. Mostrou todos os recursos recebidos e suas fontes e onde foram aplicados no período. Apresentou também a situação financeira até o dia 31 de outubro de 2008 e colocou-se à disposição para esclarecer qualquer dúvida. Durante a apresentação, Jeferson Rocha (Eco-solidário/SP) ressaltou que conseguiu vender alguns produtos da RMA e que os recursos foram repassados para a Secretaria Executiva. Celso Maioli (Força Verde/ES), Presidente do Conselho Fiscal, pediu a palavra e avisou à plenária que o Conselho Fiscal da RMA não pôde se reunir presencialmente no ano de 2008 por falta de recursos da instituição. Alan Paul Krelling (Mar Brasil/PR) alertou que não está recebendo as mensagens da Rede enviadas por e-mail e solicitou a regularização do envio. Adriano Wild (Iesb/BA) disse que é obrigação da ONG entrar em contato com a Secretaria Executiva e pedir a regularização do envio, que os componentes têm que ser proativos. Cumprindo a pauta, passou a ser discutido o **Item 2) Aprovação de Novas Filiadas e Apresentação da Lista de Filiadas Inativas e de Desfiliadas**. Após a análise da comissão de filiação, composta por Ednaldo Vieira Assuma/CE) e Lizaldo Vieira da (Mopec/SE), a plenária voltou à discussão da aprovação de novas filiadas. Segundo a comissão, sete pedidos foram encaminhados e seis estavam regularizados. Foram duas organizações do Ceará, uma de Pernambuco, uma de Minas Gerais, uma do Rio de Janeiro e uma de São Paulo. A instituição de Sergipe não apresentou toda a documentação necessária: faltaram duas cartas de indicação de apoio. A comissão informou que seria necessário rever a documentação e tentar a filiação no próximo ano. Bruno Maciel, da SE da RMA, disse que conforme o Estatuto havia a possibilidade de filiar a ONG, mas que esta deveria regularizar a documentação no prazo de até 30 dias, correndo o risco de desfiliação se não enviasse o restante da documentação. Mauricio Ruiz (Instituto Terra-RJ) pediu a palavra e informou que convidou algumas ONGs do Rio de Janeiro para participarem da Assembléia e que estas gostariam de se filiar à Rede, mas que, devido à falta de tempo causada pela organização do evento, esqueceu-se de enviar a essas ONGs os formulários necessários. Mauricio sugeriu, então, que as ONGs: Associação do Patrimônio Natural (APN), Espaço Compartilharte e Projeto Piabanhas, pudessem se filiar à RMA naquele momento e enviar a documentação dentro do prazo de 30 dias. Ednaldo Vieira alertou que o prazo de 30 dias era para novas filiadas que já haviam preenchido toda a documentação e deixaram algo pendente, e não para aquelas que ainda não haviam recebido os formulários. Perceval Carvalho (STV Brasil/RN) disse que a plenária deveria dar um voto de confiança a essas ONGs e aceitá-las nas condições apresentadas. Kathia Vasconcelos (Mira-Serra /RS) solicitou a palavra e disse ser importante que a plenária seguisse certas formalidades, pois já havia experiências ruins com ONGs que se filiaram em cima da hora. Renato Cunha (Gambá/BA)

